



2º Simulado TJDFET

**Analista Judiciário, Área Judiciária:
Sem Especialidade e Oficial de Justiça
Avaliador Federal**

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TJDFT Analista Judiciário, Área Judiciária Sem Especialidade e Oficial de Justiça Avaliador Federal – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJDFT;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Cebraspe.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Sem-Especialidade-01-05>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 31 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 32 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 33 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 34 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 35 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 36 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 37 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 38 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 39 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 40 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 21 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 22 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 23 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 24 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 25 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 26 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 27 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 28 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 29 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 30 - A B C D E | 60 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Fabricio Dutra

01. Assinale a opção em que a frase apresenta incoerência.

- a) Crise entre poderes ganha novos contornos.
- b) A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.
- c) As crianças estão morrendo de fome por causa da riqueza do país.
- d) Não são as crises que mudam o mundo, e sim nossa reação a elas.
- e) Temos de nos tornar a mudança que queremos ver.

02. Abaixo aparecem opiniões variadas, todas elas expressas de um modo impessoal. A citação a seguir que contém elementos de personalização é:

- a) O cumprimento dos protocolos sanitários só será possível se toda a população assumir a responsabilidade e se unir em prol do benefício de todos.
- b) Entre os 15 países pesquisados, em 8 deles, inclusive no Brasil, o percentual de pessoas que evitam sair de casa é maior que 80%.
- c) Marselha, onde eu moro, tornou-se uma cidade fantasma. Esta situação é mais do que desconfortável: ela modifica a qualidade e a própria natureza da experiência do tempo.
- d) A teoria da Evolução é novamente confrontada com as teorias religiosas da retribuição e da graça.
- e) A principal precaução é manter a ordem do dia. A nossa diretriz deve ser a procura do vínculo com a natureza.

03. Assinale a opção em que o verbo destacado possui mais de uma possibilidade de flexão.

- a) O escrivão Pero Vaz de Caminha, da armada de Pedro Álvares Cabral, legou à posteridade um testemunho raro: o do encontro de dois mundos distantes numa praia sul-americana em abril de 1500.
- b) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro.
- c) Citam-se aqui provas testemunhais do primeiro nome do Brasil por boa razão: Vera Cruz jamais foi usado.
- d) Depois de aceitar o batismo, a maioria dos índios fugia para o mato e retornava à vida tradicional, inclusive ao canibalismo.
- e) Os acionistas, pequenos investidores, na maioria, decidiram demiti-lo em 1644.

04. No último mês de 1640, uma revolução pôs fim aos 60 anos de domínio espanhol e levou ao trono português o duque de Bragança, coroado como Dom João IV. Mas a notícia do fim da união ibérica – como é conhecido o período de submissão lusitana à dinastia espanhola dos Habsburgos – demorou a alcançar a colônia de ultramar. Os moradores da vila de São Paulo de Piratininga só tomaram conhecimento da troca de cabeças coroadas em meados de maio do ano seguinte.

A afirmativa inadequada a respeito da leitura do texto acima é:

- a) O Brasil demorou a sentir os efeitos do fim da união ibérica.
- b) A revolução aconteceu no mês de dezembro.
- c) A união ibérica foi um período de parceria e divisão do trono entre portugueses e espanhóis.
- d) A expressão ‘troca de cabeças coroadas’ apresenta uma representação metonímica.
- e) O texto é essencialmente informativo.

05. Se a lagosta é peixe porque se desloca dando saltos, então o canguru quando pula é uma ave.

A respeito da estruturação do pensamento de Paulo de Castro Moreira da Silva, assinale a opção que se mostra adequada.

- a) O termo 'porque' poderia grafado da seguinte forma: 'por que'.
- b) O modo com a lagosta se desloca é apresentada por meio de uma oração subordinada desenvolvida.
- c) O termo 'então' é uma conjunção consecutiva.
- d) A conjunção 'Se' apresenta valor de causa.
- e) O trecho acima pertence ao gênero fábula.

Nos anos 50, depois de esgotar os estoques do crustáceo no litoral europeu, os franceses foram pescá-lo na costa da África. Não tardou para o pescado escassear também por lá. Em 1961, o embaixador francês Jacques Baeyens obteve do presidente João Goulart licença para navios franceses pesquisarem as reservas lagosteiras no Nordeste. Da pesquisa à pesca foi um passo, na surdina. A lagosta capturada na costa brasileira era transportada até Dacar, na África, e dali expedida por avião para Paris. Só então a indústria pesqueira nordestina percebeu o valor do crustáceo. Políticos e empresários correram a Brasília a reclamar da concorrência francesa. Com a mesma ligeireza que concedera a licença, João Goulart a revogou. A Marinha ficou encarregada de fazer valer a decisão. Em janeiro de 1962, por ordem do almirante Suzano, a corveta Ipiranga apreendeu um pesqueiro francês em águas nordestinas. O barco foi logo liberado, mas se havia criado o contencioso.

06. Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) O termo crustáceo retoma, por coesão por hiperonímia, o substantivo 'lagosta'.
- b) A indústria pesqueira brasileira sempre valorizou a lagosta, daí o incômodo com o fato de os franceses chegarem para explorar.
- c) A expressão 'na surdina' significa 'em segredo'.
- d) Apesar de o barco ter sido logo liberado, instalou-se um mal-estar entre os dois países.
- e) Infere-se que a pesquisa não foi o real motivo da presença francesa em águas brasileiras por causa da lagosta.

07. Assinale a opção que esteja corretamente pontuada:

- a) Desde a morte da mãe, a princesa Leopoldina, em 1871, Pedro Augusto, morava com os avós.
- b) Os sete anos de regência levaram o país à exaustão. Revoltas explodiam em sequência nas províncias – a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e no Rio Grande do Sul, que se declarou república independente.
- c) Quando Pedro II completou, 17 anos o Paço Imperial iniciou a busca por uma noiva. Não foi fácil. A aristocracia europeia receava enviar as filhas para os novos países americanos, muito instáveis.
- d) O primeiro imperador tinha pouco estudo era grosseiro no trato pessoal, mulherengo e guiado pelas emoções.
- e) No final de 1879, o governo aumentara em 20 réis (um vintém), o preço da passagem de bonde no Rio.

08. O melhor programa econômico de governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem.

Barão de Mauá

Observe a expressão destacada acima e assinale a alternativa que contém termo que se relacione sintaticamente da mesma forma.

- a) Começou o combate ao charlatanismo.
- b) O dinheiro ficou disponível para investimentos.
- c) Outro estímulo para o jovem comerciante trocar de ramo foi o fim do tráfico de escravos.
- d) O jovem tornou-se sócio-gerente da empresa que trabalhava com a importação de produtos de consumo.
- e) A mãe, que casou novamente, entregou o menino e a irmã à guarda de um tio, capitão da marinha mercante.

09. Ao passo que na Europa agora mais do que nunca domina a quimera de quererem criar seres humanos ‘puros’, quanto à raça, como cavalos de corrida ou cães de exposição, a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre e sem estorvo, da completa equiparação de preto, branco, vermelho e amarelo.

O tema central do texto acima é:

- a) a possibilidade de um país se desenvolver sem guerras.
- b) a intolerância religiosa.
- c) o jeito brasileiro que permite o convívio pacífico de diferenças de raça, classes, pigmentos, crenças e opiniões.
- d) a questão da aceitação de refugiados.
- e) comparação entre Brasil e mundo europeu.

10. Quando ao trecho ‘a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre’, o verbo ‘há’ pode corretamente ser substituído por:

- a) tem
- b) têm
- c) fazem
- d) devem fazer
- e) faz

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Emerson Bruno

11. De acordo com o Regimento Interno do TJDFT, NÃO constitui órgão do Tribunal:

- a) as Câmaras Especializadas.
- b) o Conselho da Magistratura.
- c) as Turmas Especializadas.
- d) o Órgão Especial.
- e) a Câmara de Uniformização.

12. De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, o TJDFT é composto por:

- a) 40 Desembargadores
- b) 42 Desembargadores
- c) 44 Desembargadores
- d) 46 Desembargadores
- e) 48 Desembargadores

13. De acordo com o Regimento Interno do TJDFT, a Câmara de Uniformização de Jurisprudência do Tribunal é composta:

- a) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- b) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- c) pelo desembargador mais antigo das Turmas Criminais, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- d) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos cinco desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- e) pelo desembargador mais moderno das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos três desembargadores mais antigos de cada uma delas.

14. Conforme previsão do Regimento Interno do TJDFT, o Conselho Especial do Tribunal é composto por:

- a) 18 Desembargadores
- b) 20 Desembargadores
- c) 21 Desembargadores
- d) 25 Desembargadores
- e) 11 Desembargadores

15. Nos termos do Regimento Interno do TJDFT, o Conselho da Magistratura é composto:

- a) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e por mais 05 Desembargadores eleitos pelo Conselho Especial.
- b) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente e pelo Corregedor da Justiça.
- c) pelos cargos de direção e mais 04 Desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno.
- d) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e mais 05 Desembargadores eleitos pelo Conselho Especial.
- e) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e pelo Vice-Corregedor Geral de Justiça.

PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA E PROVIMENTO JUDICIAL APLICADA AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Tiago Zanolla

16. Em uma determinada relação processual, foi necessário expedir uma carta de guia. A carta guia, além dos requisitos legais, precisa conter diversas informações.

Assim, considere:

I – data da suspensão processual, quando determinada nas hipóteses do § 3º do art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e do art. 366 do Código de Processo Penal.

II – informações sobre substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

III – informação sobre a ocorrência de pagamento de fiança, hipótese em que deverá ser encaminhada cópia da guia de depósito.

IV – informação sobre a homologação de acordo de não persecução penal, incluindo as datas de homologação e de rescisão.

V - informação sobre vítimas e testemunhas.

Segundo o Provimento Geral Da Corregedoria Aplicado Aos Juízes E Ofícios Judiciais, são requisitos da carta de guia:

- a) Apenas os itens I, II e III.
- b) Apenas os itens I e II
- c) Apenas os itens IV e V
- d) Apenas os itens I, II, III e IV.
- e) Todos os itens

17. Jonas é Juiz do TJDFT e designou audiência de instrução e julgamento para o dia 17 de novembro. Em 16 de outubro os autos foram atribuídos a Jonas, servidor do juízo, o qual verificou que as partes ainda não tinham sido intimadas da audiência.

Nessa situação hipotética, à luz do Provimento Geral Da Corregedoria Aplicado aos Juízes e Ofícios Judiciais, avalie

- a) Jonas poderá expedir e encaminhar o mandado de intimação, pois não há prazo para encaminhamento à Central de Mandados quando se tratar de audiências.
- b) Jonas poderá expedir o mandado, pois está dentro do prazo de encaminhamento à Central de Mandados quando se tratar de audiências.
- c) Jonas não poderá expedir o mandado, pois só pode ser expedido com antecedência máxima de 30 dias da data de realização do ato.
- d) Jonas não poderá encaminhar o mandado, pois só pode ser encaminhado com antecedência máxima de 10 dias da data de realização do ato.
- e) Jonas poderá encaminhar o mandado, pois pode ser encaminhado com antecedência mínima de 30 dias e máxima de 90 dias da data de realização do ato, salvo se a lei ou a urgência justificarem prazo diverso.

18. O direito à devolução das custas processuais prescreve, a partir da data do recolhimento, em

- a) 30 dias
- b) 90 dias
- c) 24 meses
- d) 3 anos
- e) 5 anos

19. Segundo o Provimento Judicial Aplicado ao Processo Judicial Eletrônico, os prazos que se vencerem no dia da ocorrência da indisponibilidade serão prorrogados para o dia útil seguinte, quando:

- a) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 6h00m e as 23h00m, for superior a 60 minutos, ininterruptos ou não.
- b) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 6h00m e as 23h00m, for superior a 30 minutos, ininterruptos.
- c) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 6h00m e as 24h00m, for superior a 60 minutos, ininterruptos ou não;
- d) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 0h00m e as 12h00m, for superior a 30 minutos, ininterruptos ou não;
- e) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 23h00m e as 24h00m, for superior a 30 minutos, ininterruptos ou não;

20. Segundo o Provimento Judicial Aplicado ao Processo Judicial Eletrônico, considera-se como data da publicação _____ ao da _____ da informação no Diário da Justiça Eletrônico. Os prazos processuais terão início no _____ considerado como data da publicação.

Preenche corretamente as lacunas:

- a) o primeiro dia seguinte / disponibilização / primeiro dia útil que seguir ao
- b) o primeiro dia útil seguinte / disponibilização / primeiro dia útil que seguir ao
- c) o primeiro dia útil seguinte / disponibilização / primeiro dia que seguir ao
- d) o primeiro dia útil seguinte / publicação / primeiro dia útil que seguir ao
- e) o primeiro dia seguinte / envio / primeiro dia que seguir ao

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

22. Os servidores de determinado órgão do Poder Judiciário do Estado XX indignados com a não realização, pelo quinto ano consecutivo, da revisão geral anual, contrataram advogado para saber qual autoridade ou órgão deveria elaborar o projeto de lei e quais as consequências pela sua não elaboração. O advogado respondeu corretamente que a iniciativa é privativa do:

- a) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- b) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- c) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- d) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- e) governador do Estado, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle.

23. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- c) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei;
- d) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

24. Ao dispor sobre as garantias de imparcialidade aplicáveis aos juízes, a CF no art. 95, parágrafo único, IV estabelece:

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:
Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio institutivo;
- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) contida e aplicabilidade imediata;
- e) limitada e princípio programático.

25. João e Maria, irmãos, durante um almoço de família, no domingo, travaram intenso debate sobre as características do Distrito Federal.

Ao final concluíram, à luz do previsto na CF, que:

- a) O Distrito Federal, apesar de ente federado dotado de autonomia, possui algumas estruturas de poder e órgãos que são organizadas e mantidas pela União, tais como o Poder Judiciário e as polícias do Distrito Federal.
- b) O Distrito Federal é a capital federal
- c) O Distrito Federal pode ser dividido em Municípios
- d) O Distrito Federal não possui competência concorrente, mas que pode suplementar a legislação federal no que couber.
- e) O Distrito Federal acumula as competências administrativas reservadas aos Estados e Municípios.

26. Logo após a decretação do isolamento social por conta da pandemia, na cidade de Gama começaram a ocorrer assaltos noturnos. Os meliantes invadiam a casa e se encontrassem os moradores acordados, eles eram amarrados e colocados em um cômodo da casa, enquanto o grupo levava todas as coisas de valor. Revoltados com a situação, os moradores decidiram criar uma associação. Alguns requisitos foram estabelecidos para o ingresso, dentre estes, que o associado tivesse registro de porte de arma, a qual seria utilizada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e que o associado utilizasse o uniforme da associação.

Analisando a situação à luz do ordenamento jurídico, a Associação Gama:

- a) só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
- b) não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
- c) poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
- d) só poderia funcionar mediante lei, previamente editada, disciplinando o funcionamento de associações com essas características;
- e) não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação.

27. Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

28. A respeito dos atos administrativos, considere:

I - O silêncio administrativo, quando referente a atos de conteúdo discricionário ou vinculado, pode ser submetido ao controle judicial.

II – O objeto do ato administrativo pode ser discricionário, sendo que o vício nesse elemento será, em regra, sanável.

III - Atos compostos necessitam da conjugação de vontades de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

29. Suponha que João foi condenado criminalmente por sentença judicial proferida pelo magistrado José, juiz de Direito do Estado Alfa. Considerando que tal condenação se deu por erro judiciário, causando incontáveis danos a João, é correto afirmar que, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) o Estado Alfa responderá objetivamente pelo dano causado.
- b) o Tribunal de Justiça e o magistrado responderão objetivamente, perante João, pelo dano causado que lhe foi causado.
- c) o Estado Alfa e o Tribunal de Justiça respondem solidariamente, perante João, pelo dano causado que lhe foi causado.
- d) o Estado Alfa não responde pelo dano em questão, dado tratar-se de ato praticado no exercício da função jurisdicional típica, na qual não incide a responsabilidade estatal.
- e) o Estado Alfa responde pelo erro judiciário, devendo indenizar João, independentemente da existência de dolo ou culpa por parte do magistrado.

30. Ao se detectar infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, após a devida apuração dos fatos, a autoridade administrativa

- a) está exercendo poder de polícia administrativa.
- b) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) pode aplicar a demissão, ainda que a apuração tenha ocorrido exclusivamente por meio de sindicância.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas quanto à sua autoria.

31. Assinale a alternativa que menciona hipótese de dispensa de licitação prevista na Lei 14.133/2021 (“nova lei de licitações e contratos”):

- a) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- b) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual.
- d) aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.
- e) construção de estabelecimentos penais.

32. João, agente público do Estado Beta, nomeou seu neto para o exercício de cargo em comissão no órgão em que trabalha. Considerando haver comprovado dolo com finalidade ilícita por parte do agente, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, João poderá ser sancionado com a pena de:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- b) perda da função pública.
- c) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- d) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.
- e) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.

33. Segundo dispõe a Lei 9.784/1999, aplicada ao âmbito distrital por força da Lei 2.834/2001, a decisão coordenada:

- a) poderá ser utilizada exclusivamente no âmbito da Administração direta, nas decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) poderá ser utilizada em quaisquer decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
- c) poderá ser utilizada no âmbito da Administração Pública nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) poderá ser utilizada quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.
- e) será convocada pela autoridade máxima do órgão ou da entidade que tiver maior responsabilidade na condução da matéria em exame ou, na impossibilidade de sua definição, pela autoridade de mais alto nível hierárquico entre os órgãos e as entidades que participarão da decisão.

34. É correto afirmar que o departamento de gestão de pessoas da autarquia Beta caracteriza a prestação de serviços de forma:

- a) centralizada-desconcentrada.
- b) centralizada-concentrada.
- c) descentralizada-desconcentrada.
- d) descentralizada-concentrada.
- e) centralizada-descentralizada.

DIREITO CIVIL

Mario Godoy

35. João, casado com Roberta pelo regime da separação absoluta de bens, pai de Francisco, maior e capaz, desapareceu do seu domicílio há mais de um mês, não havendo qualquer notícia do seu paradeiro, nem tampouco representante credenciado para administrar os seus bens.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Na etapa da curadoria provisória, o curador a ser nomeado para gerir os bens de João será o seu filho, Francisco.
- b) A abertura da sucessão provisória de João pressupõe o transcurso do prazo de 3 anos, a contar da arrecadação dos seus bens.
- c) Na etapa da sucessão provisória, Francisco e Roberta, para poderem se imitir na posse dos bens de João, terão de dar garantias de restituição deles, mediante constituição de penhor ou hipoteca.
- d) A abertura da sucessão definitiva de João poderá ser promovida diretamente por seus herdeiros, independentemente de curadoria provisória ou sucessão provisória, caso João conte com 70 anos de idade, e de pelo menos 5 anos, datem suas últimas notícias.
- e) A abertura da sucessão definitiva de João poderá ser promovida após 10 anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória

36. Pedro é credor de Augusto da importância de R\$ 10 mil, valor referente a honorários advocatícios vencidos em abril de 2014. Ocorre que, em abril de 2016, Pedro foi convidado para assumir a embaixada do Brasil na França, para lá partindo no mesmo mês, somente tendo regressado ao Brasil em outubro de 2018.

Com relação à situação hipotética, e tendo em conta exclusivamente os dispositivos constantes do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo prescricional relativo aos honorários advocatícios de Pedro é de 3 anos.
- b) Com a ida de Pedro à França, o prazo prescricional foi interrompido, somente se reiniciando a partir do seu retorno ao Brasil.
- c) Com a ida de Pedro à França, o prazo prescricional foi suspenso, somente retomando o respectivo curso a partir do seu retorno ao Brasil.
- d) A ida de Pedro à França em nada interfere na contagem do prazo prescricional.
- e) A prescrição relativa à cobrança dos honorários advocatícios consumou-se em abril de 2019.

37. Adalberto, agricultor, cultiva em sua fazenda trigo, milho e café. Recentemente, firmou contrato com Elias, dono de um armazém, perante o qual se obrigou a entregar mensalmente, pelo preço de R\$ 2 mil, noventa sacas de trigo, ou noventa sacas de milho, ou noventa sacas de café. No presente mês, houve uma praga que veio a infestar toda a safra de trigo, vindo a torná-la imprópria ao consumo.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A hipótese narrada trata de uma obrigação facultativa.
- b) A escolha da safra a ser entregue, no silêncio do contrato, compete a Elias.
- c) Caso o optante venha a escolher, em determinado mês, a entrega da safra de milho, ficará obrigado a repetir a mesma escolha nos meses seguintes, salvo caso fortuito ou força maior.
- d) A inutilização da safra de trigo não prejudica o cumprimento obrigacional.
- e) Em face da inutilização da safra de trigo, Adalberto pode compelir Elias a aceitar quarenta e cinco sacas de milho e quarenta e cinco sacas de café.

38. Rui e Paulo celebraram contrato de fiança em favor de Rodolfo, contrato este acessório a um contrato de mútuo firmado entre Rodolfo, mutuário, e Silvio, mutuante, a ser adimplido em 8 de março de 2021. Contudo, chegado o termo de vencimento, Rodolfo não adimpliu o débito.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A fiança deve ser prestada necessariamente por escrito, sob pena de nulidade.
- b) A fiança depende do consentimento de Rodolfo para que possa ser prestada.
- c) Diante do inadimplemento de Rodolfo, Silvio poderá cobrar a dívida diretamente de Rui e Paulo.
- d) Rui e Paulo respondem, cada um, até o limite de 50% do valor total do débito, já que inexistente solidariedade entre co-fiadores.
- e) Rui e Paulo poderão se exonerar da fiança mediante notificação a Silvio, após o que ficarão desobrigados uma vez decorridos 60 dias a contar da notificação.

39. Lindalva, 15 anos, filha de casal separado, mora na casa da mãe, a qual detém sua guarda unilateral, porém passa os fins de semana na casa do pai, que é titular do direito de visitas. No último sábado, durante a permanência na casa paterna, Lindalva subtraiu as chaves do carro do pai e, sem que ele soubesse, foi passear com o veículo pela cidade. Ocorre que, ao ultrapassar um sinal vermelho, Lindalva veio a colidir com o automóvel pertencente a Gilberto.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade pelo acidente compete a ambos os pais de Lindalva.
- b) Se Lindalva dispuser de patrimônio próprio, e seu pai não contar com recursos financeiros para prover a indenização, será possível responsabilizá-la pelos danos causados.
- c) Em nenhuma hipótese será possível responsabilizar pessoa absolutamente incapaz pela prática de ato ilícito.
- d) A prescrição por danos provenientes de acidente automobilístico consuma-se em 5 anos.
- e) Para que se possa responsabilizar civilmente o pai de Lindalva, é imprescindível a comprovação de sua culpa *in vigilando*.

40. Carlos e Juliana, casados e pais de dois filhos impúberes, resolveram se divorciar. Enquanto permaneceu casada, Juliana, apesar de formada em engenharia civil, renunciou ao exercício de sua profissão para se dedicar exclusivamente aos cuidados dos filhos e do lar.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Se Carlos não tiver condições de suprir integralmente a pensão alimentícia devida aos filhos, poderão estes requerer o complemento de seus avós ou tios paternos.
- b) Com o divórcio, não são devidos alimentos a Juliana, mas apenas aos filhos de Carlos.
- c) A pensão alimentícia devida aos filhos de Carlos extingue-se automaticamente com a maioridade destes.
- d) Juliana poderá requerer alimentos transitórios de Carlos, durante um tempo razoável, fixado judicialmente, apto a possibilitar sua reinserção no mercado de trabalho.
- e) Se, no curso da ação de divórcio, Juliana descobrir que está grávida de Carlos, poderão ser requeridos alimentos gravídicos, cujo titular é o nascituro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

41. A empresa Alfa, especializada em securitização de créditos, detém dois títulos de crédito devidos pela empresa Beta, sendo que um dos títulos é uma nota promissória e o outro é um cheque, ambos vencidos.

A empresa Alfa propôs ação de execução exigindo de Beta o pagamento de ambos os títulos. Sobre essa situação, podemos afirmar que:

- a) é inviável a propositura de ação de execução com fundamento em dois títulos.
- b) é inviável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos de crédito de categorias distintas.
- c) é viável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos distintos.
- d) é viável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos distintos, desde que haja concordância do executado.
- e) é viável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos distintos, desde que conste cláusula nesse sentido nos títulos.

42. A empresa XPTO propôs ação de execução em face de José, no entanto, José não reside mais na residência informada à empresa quando da realização do negócio jurídico, nem foram encontrados bens penhoráveis.

Após a realização de diversas buscas judiciais, ainda assim José não foi encontrado, nem foi encontrado qualquer tipo de bem registrado em seu nome. Verificando essa situação, o Juiz deve determinar:

- a) a extinção do processo por ausência de interesse de agir.
- b) a extinção do processo por manifesta inexecutabilidade da obrigação.
- c) a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias.
- d) a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano.
- e) a suspensão do processo sem prazo determinado.

43. No âmbito dos Tribunais, a técnica de julgamento ampliado se aplica ao julgamento não unânime do agravo de instrumento quando:

- a) a Fazenda Pública for a agravante.
- b) A Fazenda Pública for a agravada.
- c) a decisão agravada tiver apreciado parcialmente o mérito do processo.
- d) houver reforma de decisão que apreciou parcialmente o mérito do processo.
- e) houver reforma de decisão que deferiu tutela provisória de urgência.

44. Há resolução de mérito quando:

- a) se verifica a preempção.
- b) se reconhece a prescrição da pretensão exercida pelo autor.
- c) se homologa a desistência da ação, com a concordância do réu.
- d) se verifica a existência de coisa julgada.
- e) se verifica a existência de convenção de arbitragem.

45. Manuel adquiriu imóvel na planta, no entanto, após alguns meses, passou de deixar a pagar as prestações mensais.

A construtora ajuizou ação de cobrança das prestações vencidas. O advogado da empresa incluiu, no pedido de condenação, apenas o valor das prestações, tendo se omitido em incluir o valor proveniente dos juros contratuais e legais. Sobre essa situação, podemos afirmar que:

- a) compreendem-se no pedido principal os juros legais e contratuais.
- b) apenas os juros legais estão incluídos de forma implícita no pedido principal, no entanto, o juiz pode conhecer do pedido relativo aos juros contratuais de ofício se o instrumento contratual for anexado à inicial.
- c) a construtora pode aditar a inicial para incluir o pedido de condenação nos juros legais e contratuais, desde que o faça antes da citação de Manuel.
- d) a construtora pode aditar a inicial para incluir o pedido de condenação nos juros legais e contratuais, no entanto, se o pedido for posterior à citação, a alteração depende do consentimento de Manuel.
- e) a construtora não poderá aditar a inicial para incluir o pedido de condenação nos juros legais e contratuais, devendo propor ação nova para a cobrança desses valores.

46. Maria convivia em união está com Roberto, servidor público federal, mas nunca documentaram formalmente essa situação.

Após o falecimento de Roberto, Maria ingressou com pedido de concessão de pensão por morte na Justiça Federal. O pedido de Maria foi deferido, tendo o juiz federal observado na decisão que estava devidamente comprovada a união estável. A decisão transitou em julgado.

Posteriormente, Maria descobriu que Roberto tinha alguns valores depositados em poupança. O banco, no entanto, negou o pedido de levantamento dos valores por Maria, alegando que não estava comprovada a união está com Roberto. Maria então apresenta cópia da decisão de deferimento da pensão, afirmando que há coisa julgada quanto ao reconhecimento da união estável. Sobre essa situação, podemos afirmar que:

- a) a coisa julgada alcança as questões prejudiciais, bastando que da sua resolução depende o julgamento do mérito, portanto, há coisa julgada quando ao reconhecimento da união estável.
- b) a coisa julgada alcança as questões prejudiciais desde que o juiz declare o direito correspondente no dispositivo da decisão.
- c) a coisa julgada não alcança as questões prejudiciais quando o processo tiver tramitado na Justiça Federal, pois há limitação à cognição probatória nessa esfera, por isso, não se formou coisa julgada sobre a questão da união estável.
- d) a coisa julgada não alcança as questões prejudiciais quando o juízo não tiver competência em razão da matéria, por isso, não se formou coisa julgada sobre a questão da união estável.
- e) a coisa julgada nunca alcança as questões prejudiciais.

47. Sobre a gratuidade da justiça, assinale a alternativa correta:

- a) o pedido de gratuidade não pode ser formulado por terceiro.
- b) o pedido de gratuidade superveniente à primeira manifestação da parte na instância gera a suspensão do curso do processo até a resolução do incidente.
- c) o juiz pode indeferir o pedido se houver elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, sendo prescindível a determinação à parte para que comprove a presença dos pressupostos.
- d) presume-se verdadeira a alegação de insuficiência.
- e) a assistência por advogado particular não impede a concessão da gratuidade.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

48. O crime de atentado violento ao pudor, a partir da vigência da Lei nº 12.015/2009, deixou de estar descrito no Art. 214 do Código Penal, mas todas as elementares passaram a integrar o tipo de estupro (Art. 213 do Código Penal). A tal fenômeno se dá o nome de:

- a) princípio da continuidade normativo-típica;
- b) abolitio criminis;
- c) extra-atividade;
- d) novatio legis in melius;
- e) ultra-atividade.

49. Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Príapo de um curso preparatório, sequestrando seu desafeto, mantendo-o em cárcere privado por dois meses, quando o cativo é descoberto pela polícia e a vítima é resgatada. De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- a) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- b) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- c) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- d) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- e) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

50. Acerca do concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- a) o Código Penal brasileiro adotou a teoria monista, sem qualquer exceção;
- b) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime;
- c) os delitos de corrupção ativa e passiva constituem exceção à teoria monista, porquanto descrevem conduta bilateral em tipos penais diversos;
- d) de acordo com a teoria do domínio do fato, a mera posição hierárquica do agente no contexto da estrutura organizacional autoriza a imputação enquanto autor;
- e) para os efeitos da teoria objetivo-formal, é autor quem participa, de qualquer modo, da execução do crime, induzindo, instigando ou auxiliando materialmente o executor da conduta prevista no verbo núcleo do tipo.

51. Calíope, pretendendo matar Erato, saca uma arma de fogo e efetua disparos contra seu desafeto, atingindo-o e também a Euterpe, que passava pelo local. As duas pessoas alvejadas morrem em razão dos ferimentos sofridos. Na hipótese, é correto afirmar que haverá:

- a) crime único;
- b) concurso material;
- c) concurso formal perfeito;
- d) concurso formal imperfeito;
- e) crime continuado.

52. Acerca dos crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- a) admite-se a continuidade delitiva entre roubo e extorsão, porquanto crimes da mesma espécie;
- b) o crime de furto não se consuma quando, após invertida a posse, o agente é perseguido pela autoridade ou pela própria vítima e o bem é reavido;
- c) o crime de extorsão mediante sequestro é material e somente se consuma com o efetivo pagamento da vantagem como condição ou preço do resgate;
- d) diferenciam-se roubo e extorsão pelo grau de colaboração da vítima: no roubo, a participação da vítima é indispensável para a obtenção da vantagem; na extorsão, o grau de participação da vítima é irrelevante para a consecução do objetivo;
- e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse desvigiada.

53. Semprônio, conhecido autor de delitos patrimoniais, convence Marcondes, estagiário do Ministério Público do Estado da Bahia, a valer-se da facilidade proporcionada pela função pública exercida e permitir o seu acesso à sede da instituição. Semprônio e Marcondes ingressam em sala-cofre contendo telefones celulares e valores em espécie apreendidos por força de operação do Ministério Público deflagrada no dia anterior, utilizando-se do crachá do estagiário, subtraindo em seguida o material sob custódia da instituição.

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- a) Marcondes não pode ser considerado como funcionário público para fins penais;
- b) o delito de peculato é próprio, razão pela qual apenas Marcondes responderá pela infração, enquanto Semprônio deverá responder somente por furto;
- c) Semprônio e Marcondes responderão por peculato, uma vez que é irrelevante a condição de funcionário público para caracterização do delito;
- d) Marcondes e Semprônio responderão pelo delito de peculato, uma vez que a condição de funcionário público do agente corresponde a circunstância inerente ao tipo penal, que se comunica ao extraneus;
- e) Semprônio e Marcondes responderão por furto, uma vez que a tipificação pelo delito de peculato tem como objeto material apenas os bens de titularidade pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

54. Acerca de inquérito policial, segundo o Código de Processo Penal, o inquérito deverá terminar no prazo de:

- a) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto.
- b) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 10 dias, quando estiver solto.
- c) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- d) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto
- e) 30 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 90 dias, quando estiver solto.

55. Zeus foi vítima de lesão corporal praticado por Poseidon, sendo que o referido crime é de ação penal condicionada à representação, tendo sido apresentada a representação no prazo legal. Ocorre que, durante o processo, Zeus resolveu se reconciliar com Poseidon e o convidou para ser seu padrinho de casamento. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) É possível que Zeus retrata-se da representação, por escrito e a qualquer tempo, desde que antes de a sentença transitar em julgado.
- b) O juiz deverá absolver Poseidon, caso ele aceite o perdão concedido por Zeus.
- c) O Ministério Público deverá desistir da ação proposta, em razão de não haver mais interesse em agir.
- d) A representação feita por Zeus é irretroatável, se feita no prazo, impedindo a prescrição do delito.
- e) A reconciliação entre Zeus e Poseidon não interfere no processo, desde que tenha sido oferecida a denúncia.

56. Em relação aos sujeitos do processo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não poderão ser peritos os analfabetos e os menores de 21 anos.
- b) O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- c) A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
- d) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos retardará a ação penal, mesmo quando certa a identidade física.
- e) O juiz será suspeito se se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer uma das partes.

57. José está sendo processado pela prática do crime de furto e foi citado por edital. Caso José não compareça para se defender, nem constituir advogado, o juiz:

- a) poderá determinar a produção antecipadas das provas consideradas urgentes.
- b) deverá decretar a revelia de Jose e dará prosseguimento ao processo com a nomeação de defensor dativo.
- c) suspenderá o processo e o curso do prazo de decadencial.
- d) deverá decretar prisão preventiva de José.
- e) deverá determinar a interrupção o curso do prazo prescricional.

58. Caso um indivíduo seja preso em flagrante de delito em virtude de ser encontrado com o objeto do crime, logo depois, de ter cometido um crime de furto, está caracterizado:

- a) flagrante propriamente dito.
- b) flagrante assimilado.
- c) quase-flagrante.
- d) flagrante irreal
- e) flagrante esperado.

59. Da decisão que indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, caberá:

- a) apelação.
- b) embargos infringentes.
- c) recurso em sentido estrito.
- d) agravo em execução.
- e) recurso extraordinário.

60. Acerca do processo comum, previsto no Código de Processo Penal, considere os próximos itens.

I – Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

II – O procedimento será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

III – O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Sem-Especialidade-01-05>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>